

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E INSERÇÃO PROFISSIONAL: A PERCEPÇÃO DA FAMÍLIA

Recebido em: 24/02/2023

Aceito em: 29/03/2023

DOI: 10.25110/educere.v23i1-007

Ana Paula Ribeiro Alves ¹
Nilson Rogério da Silva ²

RESUMO: Estudos têm demonstrado barreiras em diferentes âmbitos que impedem a participação de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho. Justificativas pautadas em concepção capacitista como imprevisibilidade emocional e comportamental, incapacidade para aprender e desenvolver qualquer atividade, são atribuídas à pessoa com deficiência intelectual para que permaneça à margem do trabalho. Compreendido como atividade vital que promove o desenvolvimento humano do homem, o trabalho se constitui ainda em direito garantido por documentos e Leis que asseguram adaptações e reservas de vagas, na tentativa de superação de barreiras estruturais e atitudinais. Neste sentido, neste estudo objetivou-se identificar quais fatores contribuíram para a inserção profissional de uma pessoa com deficiência intelectual, a partir da percepção da família. Investigou-se para além das limitações, os aspectos que foram positivos, para o ingresso, permanência e progressão no mercado formal de trabalho. Nesta perspectiva, utilizamos a entrevista semiestruturada com a pessoa mais próxima de Laura para que relatasse o que em sua concepção contribuiu para a entrada no mercado de trabalho. Os dados coletados foram analisados segundo a abordagem de análise temática e os resultados revelaram que a escola não se eximiu do papel quando por meio da mediação oportunizou a apropriação dos bens culturais da humanidade e a construção de conceitos como leitura, escrita, cálculos, em constante atitude crítica, reflexiva e investigativa, habilidades imprescindíveis para a sua atual função laboral. Neste sentido, os cursos profissionalizantes realizados foram adaptados às suas necessidades, o que propiciou a construção de saberes condizentes com a realidade do mercado de trabalho e permitiu o ingresso e progressão. A família contribuiu de forma significativa para a escolarização, autonomia, independência, empoderamento, ingresso e permanência no trabalho, demonstrando que as possibilidades são ampliadas e se tornam realidade quando contam com o apoio e participação de forma efetiva dos familiares, uma vez que acreditam e ofertam aporte às demandas necessárias. Concluiu-se que quando diferentes instâncias como a escola, serviços de saúde, empresas, família e legislação, trabalharem em colaboração, se tornará uma realidade possível a inserção laboral da pessoa com deficiência intelectual e para além, o seu desenvolvimento humano pelo e no trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Deficiência Intelectual; Família.

¹ Doutora em Educação. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

E-mail: dani_anapaula@hotmail.com

² Livre Docente. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

E-mail: nilson.silva@unesp.br

THE PERSON WITH INTELLECTUAL DISABILITIES AND PROFESSIONAL INSERTION: THE PERCEPTION OF THE FAMILY

ABSTRACT: Studies have shown barriers in different areas that prevent the participation of people with intellectual disabilities in the labor market. Justifications based on an ableist conception such as emotional and behavioral unpredictability, inability to learn and develop any activity, are attributed to the person with intellectual disability so that he remains on the margins of the work. Understood as a vital activity that promotes the human development of man, work is still a right guaranteed by documents and Laws that ensure adaptations and reservations of vacancies, in an attempt to overcome structural and attitudinal barriers. In this sense, this study aimed to identify which factors contributed to the professional insertion of a person with intellectual disability, from the perception of the family. In addition to the limitations, the aspects that were positive for the entry, permanence and progression in the formal labor market were investigated. In this perspective, we used the semi-structured interview with the person closest to Laura to report what in her conception contributed to the entry into the labor market. The data collected were analyzed according to the thematic analysis approach and the results revealed that the school did not exempt itself from the role when through mediation it provided the opportunity to appropriate the cultural assets of humanity and the construction of concepts such as reading, writing, calculations, in constant critical, reflective and investigative attitude, essential skills for its current work function. In this sense, the vocational courses taken were adapted to their needs, which led to the construction of knowledge consistent with the reality of the labor market and allowed entry and progression. The family contributed significantly to schooling, autonomy, independence, empowerment, entry and permanence in work, demonstrating that the possibilities are expanded and become reality when they count on the support and effective participation of family members, since they believe and offer support to the necessary demands. It was concluded that when different instances such as school, health services, companies, family and legislation, work collaboratively, it will become a possible reality the labor insertion of people with intellectual disabilities and beyond, their human development by and at work.

KEYWORDS: Labor; Intellectual Disability; Family.

LA PERSONA CON DISCAPACIDAD INTELECTUAL Y LA INSERCIÓN PROFESIONAL: LA PERCEPCIÓN DE LA FAMILIA

RESUMEN: Diversos estudios han puesto de manifiesto la existencia de barreras en diferentes ámbitos que impiden la participación de las personas con discapacidad intelectual en el mercado laboral. Justificaciones basadas en una concepción capacitista como la imprevisibilidad emocional y conductual, la incapacidad para aprender y desarrollar cualquier actividad, son atribuidas a la persona con discapacidad intelectual para que permanezca al margen del trabajo. Entendido como una actividad vital que promueve el desarrollo humano del hombre, el trabajo sigue siendo un derecho garantizado por documentos y Leyes que aseguran adaptaciones y reservas de vacantes, en un intento de superar las barreras estructurales y actitudinales. En este sentido, este estudio tuvo como objetivo identificar qué factores contribuyeron a la inserción profesional de una persona con discapacidad intelectual, desde la percepción de la familia. Además de las limitaciones, se investigaron los aspectos que resultaron positivos para la entrada, permanencia y progresión en el mercado laboral formal. En esta perspectiva, utilizamos la entrevista semiestructurada con la persona más próxima a Laura para relatar

lo que en su concepción contribuyó para la entrada en el mercado de trabajo. Los datos recogidos fueron analizados de acuerdo con el enfoque de análisis temático y los resultados revelaron que la escuela no se eximió del papel cuando a través de la mediación proporcionó la oportunidad de apropiarse de los bienes culturales de la humanidad y la construcción de conceptos como la lectura, la escritura, el cálculo, en constante actitud crítica, reflexiva e investigativa, habilidades esenciales para su función de trabajo actual. En este sentido, los cursos de formación profesional realizados fueron adaptados a sus necesidades, lo que llevó a la construcción de conocimientos coherentes con la realidad del mercado de trabajo y permitió la entrada y la progresión. La familia contribuyó significativamente para la escolarización, autonomía, independencia, empoderamiento, ingreso y permanencia en el trabajo, demostrando que las posibilidades se amplían y se tornan realidad cuando cuentan con el apoyo y la participación efectiva de los miembros de la familia, ya que creen y ofrecen soporte a las demandas necesarias. Se concluyó que cuando diferentes instancias como la escuela, los servicios de salud, las empresas, la familia y la legislación, trabajan colaborativamente, se hará una realidad posible la inserción laboral de las personas con discapacidad intelectual y más allá, su desarrollo humano por y en el trabajo.

PALABRAS CLAVE: Trabajo; Discapacidad Intelectual; Familia.

INTRODUÇÃO

A inserção das pessoas com deficiência no âmbito da educação, saúde e mercado formal de trabalho tem sido um assunto amplamente discutido por pesquisadores, em especial, a partir da década de 1990 quando este público passa a ter seus direitos assegurados pela legislação, resultando em uma nova organização em toda a sociedade.

Nesse sentido a Organização das Nações Unidas (ONU) trata da temática assegurando às pessoas com deficiência o direito de participar ativamente da vida em sociedade, quando aprovada no ano de 1975 a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência. Segundo a referida Declaração, pessoa com deficiência é aquela considerada incapaz de assegurar por si mesma uma vida individual ou social normal decorrente de sua incapacidade física ou mental. No entanto, tem garantidos os mesmos direitos dos demais cidadãos, como à segurança econômica e social, ao emprego formal e ao desenvolvimento de atividades produtivas e remuneradas.

Tendo em vista dar apoio às pessoas com deficiência no tocante aos direitos individuais e sociais deste público, no Brasil no ano de 1989 foi editada a Lei nº 7.853 (BRASIL, 1989) que estabelece normas em âmbito geral para a concretização de tais direitos. A Lei propõe a adoção de legislação que discipline a reserva de mercado a estes sujeitos tanto no setor de administração pública como no privado, assim como o apoio governamental à formação profissional; empenho do poder público em relação ao surgimento e manutenção de empregos; e a promoção de ações que os insiram nos

setores mencionados. Outra medida adotada foi a implementação da política de cotas por meio da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 (BRASIL, 1991), conhecida como Lei de Cotas, determinando a obrigatoriedade das empresas de reservarem vagas às pessoas com deficiência que variam de 2% quando atingem o número mínimo de 100 funcionários contratados chegando a 5% para aquelas que ultrapassam o número de 1000 funcionários.

No entanto, vários aspectos da legislação que necessitavam de uma criteriosa revisão especificando mais objetivamente algumas lacunas, fez com que o sistema bloqueasse sua efetiva implementação, por quase uma década (RIBEIRO; CARNEIRO, 2009). O decreto 3.298 no ano de 1999 (BRASIL, 1999) regulamentou a lei 7.853 que passa a vigorar, incumbindo às entidades do Poder Público, a responsabilidade de garantir o pleno exercício dos direitos básicos, dentre eles, o direito ao trabalho e a previdência social, tratando ainda da fiscalização referente ao cumprimento das determinações.

Em 2004, o Decreto nº 5.296 faz algumas adequações às regras processuais do Decreto 3.298 e define cada deficiência com o objetivo de diminuir dúvidas ou equívocos por parte de empregadores no momento da contratação, garantindo assim que as vagas sejam preenchidas por pessoas que realmente delas necessitem (RIBEIRO; CARNEIRO, 2009). Assim, é definido como pessoa com deficiência intelectual, aquela que possui {...} funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. comunicação;
2. cuidado pessoal;
3. habilidades sociais;
4. utilização dos recursos da comunidade;
5. saúde e segurança;
6. habilidades acadêmicas;
7. lazer; e
8. trabalho (BRASIL, 2004, Art. 5º, inciso 1º).

O referido decreto trata ainda da questão da acessibilidade da pessoa com deficiência intelectual, determinando a eliminação de qualquer entrave ou obstáculo na área comunicacional, que impossibilite o sujeito de ter acesso à informação.

No ano de 2009, o decreto 6.949 reconhece a deficiência como um conceito em evolução, sendo resultantes da interação entre pessoas com deficiência e demais pessoas

em sociedade. Sendo assim, as barreiras encontradas pelas primeiras são decorrentes das atitudes encontradas no ambiente e que funcionam como impeditivos para a igualdade de oportunidades e conseqüentemente, sua plena participação em sociedade. Desta forma, cabe ao Estado cumprir o papel de eliminar a discriminação por parte de qualquer pessoa, organização ou empresa privada, que se baseie na deficiência, combatendo estereótipos e preconceitos. A pessoa com deficiência passa a ser percebida como sujeito de direitos, dentre eles, o direito ao trabalho e emprego em igualdade de oportunidades conforme o preconizado no art. 27: “à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível às pessoas com deficiência” (BRASÍLIA, 2012, p. 159).

Nessa perspectiva, a Lei Brasileira de Inclusão-LBI, de 2015 (BRASIL, 2015) representa um avanço em relação à compreensão da deficiência quando superou a perspectiva médica que considera apenas aspectos individuais do sujeito e considerou os aspectos sociais. Isto implica em compreender a forma como a sociedade recebe e reage às especificidades de cada sujeito humano. No capítulo VI se encontra os direitos da pessoa com deficiência, especificamente no trabalho, preconizando a igualdade de oportunidades, regras de acessibilidade, recursos tecnológicos e adaptações no ambiente, se necessárias. Garante ainda, o direito do profissional com deficiência de ter respeitado o seu perfil e características próprias, assim como, o apoio e direcionamento aos empregadores, com o objetivo de que estratégias inclusivas que superem as barreiras, especialmente àquelas atitudinais sejam criadas e concretizadas.

É possível constatar que no tocante às Leis e Decretos a pessoa com deficiência tem todos os direitos garantidos o que promove (ao menos deveria) sua plena inclusão e efetiva participação em todos os âmbitos da sociedade.

No entanto, não é o que demonstra os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2021) quando explicita que apenas 1,07% dos postos de trabalho são ocupados por pessoas com alguma deficiência e este número se torna ainda menor quando se trata de trabalhadores com deficiência intelectual (9,34%) o que evidencia a preferência dos empregadores por deficiências consideradas leves em detrimento à intelectual. Além do tipo de deficiência, a escolaridade é outro fator que pauta os critérios de contratação, uma vez que 51,54% dos postos de trabalho são ocupados por pessoas com ensino médio completo e apenas 0,7% por pessoas não alfabetizadas. Como consequência à falta de escolaridade das pessoas com deficiência intelectual,

esses trabalhadores ocupam os cargos considerados mais simples, o que implica em salários mais baixos, quando comparados à outras deficiências (RAIS, 2021).

Frederico e Laplane (2020) quando demonstrou que embora haja aumento na participação das pessoas com deficiência intelectual nas diferentes etapas e modalidades de ensino como ensino médio, EJA e cursos de profissionalização, esses sujeitos continuam com menor índice de empregabilidade e quando contratados, as oportunidades de progressão são limitadas. Quando conseguem uma colocação no mercado de trabalho, é comum que ocupem cargos considerados simples e com menores exigências cognitivas do trabalhador, o que tem como consequência, a baixa remuneração. Os dados apresentados pelas autoras suscitam a reflexão sobre que não basta adentrar os muros da escola ou empresa, mas é preciso uma formação coerente com a realidade do mercado de trabalho para que esse público tenha garantido as condições e oportunidades de inserção.

A falta de coerência das instituições formadoras com a realidade do mercado formal de trabalho foi evidenciada pelo estudo de Trentin e Raitz (2018) quando apontou que as matrículas têm ocorrido predominantemente em instituições especiais em que são priorizadas atividades manuais, artesanais com foco no fator comportamental em que desenvolvem habilidades que pouco contribui para a sua qualificação e inserção no mercado competitivo. Dessa forma, a instituição especial pode ser considerada um espaço de acolhimento e respeito, mas não, necessariamente, de formação e inserção profissional.

Diante do exposto, cabe a reflexão sobre como a escola, cursos de profissionalização, empresas e sociedade como um todo têm se organizado para atender as especificidades das pessoas com deficiência intelectual, considerando como ponto de partida as diferenças humana para que esses sujeitos tenham a oportunidade de desenvolverem suas potencialidades por meio de uma educação para o trabalho.

A família ocupa papel que pode ser preponderante no sentido de prover/lutar pelos recursos necessários ao seu familiar, em todos os âmbitos da sua vida, o tornando mais independente possível e empoderado para enfrentar/superar as adversidades no curso da vida em diferentes contextos. Por outro, pode criar o filho de forma superprotetora e pautada nas suas limitações, com pouco investimento ou expectativas sobre o seu desenvolvimento e potencialidades, tornando este dependente, inseguro e não enxergando outra possibilidade de renda a não ser por meio de benefícios assistenciais. Lima e Jurdi (2014) apontaram a presença de sentimento de piedade ou culpa quando incentivam seu familiar a trabalhar, desta forma constituindo em impedimento

para a inserção profissional. No estudo de Rosa e Denari (2013), o pai revelou não considerar a possibilidade de inserção laboral de seu filho, adulto de 23 anos com deficiência intelectual, em função das características da deficiência. Esse sentimento de incerteza, medo, desconhecimento e superproteção apresentada pelos pais, também foram reportados no estudo de Pereira e Passerino (2012), contribuindo para a opção de não inserir seus familiares no trabalho.

Outro aspecto que infere na escolha pelo trabalho para as pessoas com deficiências e seus familiares é o atrelar somente à renda ou à baixa remuneração por vezes associadas à oferta de salários e funções pouco atrativas quando comparadas ao benefício da prestação continuada, o que leva as famílias a optarem pela assistência ao invés de trabalhar (NEVES-SILVA, PRAIS, SILVEIRA, 2015; LORENZO, SILVA, 2017).

Essa visão de ambiguidade presente nas famílias também estão presentes no meio empresarial, autores referem que a concepção predominante nas empresas é negativa em relação às capacidades das pessoas com deficiência, geralmente associada à incapacidade (LORENZO, SILVA, 2017; GARRIDO, DELMASSO, SILVA, 2017; LINO, STEVENATO, SILVA, 2021).

Nesse sentido o presente estudo, recorte de uma pesquisa de mestrado que teve como objetivo compreender o papel do trabalho no desenvolvimento humano de duas pessoas com deficiência intelectual, por meio de entrevistas abertas com os próprios sujeitos em questão que narraram sobre as vivências no trabalho, foi possível perceber o quanto o apoio da família constituiu papel fundamental para a construção da identidade dos participantes.

Desta forma, constatamos que a família dos participantes da pesquisa, também queriam e tinham muito a dizer sobre a trajetória de vida destes sujeitos como os enfrentamentos, superações, mazelas e conquistas, a escuta dessas vozes se fez relevante para a reflexão sobre os fatores que contribuíram para a quebra do estigma de que pessoas com deficiência intelectual são incapazes de atuar na sociedade.

Nessa perspectiva, é imprescindível o conhecimento sobre os obstáculos vivenciados por estes sujeitos e o porquê de mesmo após mais de três décadas de vigor da Lei de Cotas, permanecerem à margem do trabalho. No entanto, para além da explanação sobre os entraves, se faz necessário a ampliação do olhar para as possibilidades e o relato aqui apresentado se constitui em profícua fonte de reflexões que podem se estender para todos aqueles interessados em promover atitudes e

concepções que superem as limitações capacitistas sobre a (in) capacidade da pessoa com deficiência intelectual atuar na sociedade, enquanto cidadão de direitos.

Os fatores que contribuíram significativamente e positivamente para a inserção laboral de Laura, suscitam indagações relevantes para pesquisadores que investigam a temática deficiência e trabalho, para os professores que acompanham este público no ambiente escolar e quiçá questionem as possibilidades de futuro desenvolvimento profissional, para instituições que têm formado estes sujeitos para o trabalho, empresários que temem a contratação de pessoas com estas características, familiares que nutrem anseios e expectativas nem sempre positivas e, sobretudo, para pessoas com deficiência intelectual que podem encontrar em Laura um exemplo de enfrentamento de uma identidade estereotipada imposta pela sociedade.

Para este intento é oportuna a reflexão sobre algumas questões: O que fez a trajetória desta pessoa com deficiência intelectual diferenciada da realidade das demais pessoas em semelhantes condições? Quais atributos, habilidades, competências Laura desenvolveu para ingressar e progredir no trabalho? O que o trabalho significa para a pessoa com deficiência intelectual? Qual o papel da família na constituição da pessoa com deficiência intelectual? A busca pelas respostas à estas indagações à luz da teoria sobre desenvolvimento humano e concepções que estigmatizam, pode resultar em novos caminhos e tornar a história de Laura, uma realidade possível para outras pessoas com deficiência intelectual e para o conhecimento sobre a importância do trabalho em seu sentido original, de humanização do homem, independentemente de sua condição orgânica.

Diante do exposto, o objetivo foi identificar quais fatores contribuíram para a inserção da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho a partir da percepção da família, por compreendê-la como importante fonte de informação quando acompanhou toda a trajetória desde a escolarização até a inserção no trabalho.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo objetivo é descrever, decodificar e interpretar os significados sem a preocupação de enumerar a frequência em que ocorrem (MERRIAN, 1998).

Em relação aos aspectos éticos, a pesquisa foi submetida ao comitê de ética em pesquisa, sendo aprovada. A coleta de dados iniciou após a aprovação, sendo a participante informada sobre a pesquisa, como ocorreria sua participação, certificado o

sigilo e possibilidade de desistência em qualquer momento, bem como a ausência de custos. Após os esclarecimentos a participante assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Foi realizado um estudo e caso com a mãe de pessoa com deficiência intelectual, cuja escolha foi pautada no fato desta ser a pessoa mais próxima e participativa em toda a trajetória da filha, resultando na oportunidade de reflexões sobre aspectos relativos ao ingresso, permanência e progressão no mercado formal de trabalho.

O instrumento utilizado para coletar os dados foi a entrevista semiestruturada que, segundo Trivinos(1987), favorece a descrição dos fenômenos contemporâneos, assim também como a explicação e a compreensão do processo como um todo, mantendo ainda a presença constante e participativa do pesquisador, durante todo o processo de coleta dos dados. Para o autor, este instrumento oferece ainda todas as perspectivas possíveis para que o participante siga a linha de seu pensamento de forma espontânea e completa liberdade para se expressar.

A coleta de dados ocorreu por meio de uma entrevista com a participante com duração de 40 minutos, buscando identificar sua percepção acerca dos aspectos que foram positivos para a inserção da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho. Foi elaborado um roteiro com perguntas sobre a escola, relação familiar, trabalho, relações no trabalho, conquistas decorrentes do trabalho. A entrevista foi gravada em áudio e após, transcrita na íntegra.

Os dados foram analisados segundo a proposta de análise temática (MORAES, 2003) a qual consiste em fragmentar o texto e definir os eixos temáticos, unidades de análise, sendo estas codificadas e tituladas. Durante o processo, ocorre o estabelecimento de relações em que as unidades são categorizadas e nomeadas permitindo a construção do que o autor nomeou de Metatexto, resultado da junção, descrição e interpretação das unidades expressando novos entendimentos e sentidos, ou seja, expressando a compreensão do todo. Os nomes utilizados são fictícios para preservar a identidade do participante e seus familiares.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Aline possui nível superior em Contábeis e trabalha na área administrativa. Reside com o esposo Silas e a filha Laura de 35 anos com síndrome de Down. Aceitou participar da pesquisa prontamente se mostrando receptiva e interessada na temática. Orgulhosa em narrar o que considera uma trajetória de sucesso e de superação de

obstáculos, concede gentilmente muitas informações sobre a trajetória de Laura, que por sua vez, é uma pessoa extrovertida e comunicativa.

Laura cursou o ensino fundamental completo e trabalha há nove anos em uma farmácia homeopática na cidade em que reside. Ao receber a pesquisadora em sua residência, Aline mostra orgulhosa alguns trabalhos artesanais da filha, cadernos de cursos realizados, sugerindo que a mesma aplicasse na uma massagem pesquisadora aprendida em um curso profissionalizante “*Você poderá contar que foi massageada por um Down!*” (Aline). Os trechos extraídos das narrativas de Aline serão apresentados a seguir para ilustrar os temas organizados em categorias: escolaridade, ensino, relações na escola, apoio da família, profissionalização, trabalho, relações no trabalho e conquistas.

ESCOLARIDADE

[] ... Em paralelo a APAE eu comecei a procurar o que lá naquela época se chamava Classes Especiais, e ela já tinha catorze pra quinze anos quando foi pra escola pública, onde existia classe especial. Na época, na APAE ela ainda ficava naquela é... de fazer bolinha, de puxar perninha... e eu percebia que em casa ela conseguia fazer muito mais coisas. Aí eu busquei ajuda de profissionais pra isso. Depois de um certo tempo já não dava mais pra ficar com a APAE e a escola. Depois da escola ela vinha pra casa e eu busquei apoiar também de profissionais: terapia ocupacional, fisioterapia, esportes... e fui colocando. Metade do dia era pra escola e a outra metade a gente buscava o que precisava para ajudar no desenvolvimento. Psicologia...o que o momento pedia.

[] ... Quando ela concluiu a antiga oitava série, fundamental né, junto com a equipe da escola, com a coordenadora, com os pedagogos todos, é... nós analisamos assim: se ela fosse promovida para o ensino médio, ela não iria acompanhar, ficaria muito difícil, analisando objetivamente. Se a escola a mantivesse, reprovasse e deixasse na oitava, ela ia ficar muito frustrada porque os alunos, todos os colegas já teriam ido pra frente e ela ficaria ali, sem a turma que estava acompanhando há anos. Então, eu optei por ver se eu podia deixar de mandar na escola regular. Já tinha mais de vinte anos de escolaridade, passando por todas as séries, por todas as escolas em uma sequência, então optamos por tirar, conversei com o marido, tudo.

Aline percebe que as experiências de Laura na instituição especial, poderiam não estar atendendo às suas necessidades e possibilidades de aprendizagem. O olhar da mãe para além do que Laura estava fazendo no presente faz com que vislumbre o que poderia vir a fazer com apoio. Nesse sentido procura a escola regular com os recursos das classes especiais.

Omote (1999) apresenta uma relevante reflexão sobre as chamadas classes especiais. Segundo este autor caráter segregativo ou integrador das referidas classes, depende exclusivamente da forma como são utilizados os recursos. Assim, a classe

especial pode segregar quando retém alunos que poderiam estar se desenvolvendo em classe de ensino regular. No entanto, pode também cumprir a função integradora quando acolhe alunos que apresentam condições de alfabetização e permanecem em escolas especiais ou mesmo em casa, os encaminhando futuramente às classes comuns. No caso específico de Laura, a sala especial cumpriu o papel inclusivo auxiliando com o suporte necessário até encaminhá-la às salas comuns.

No entanto, ao concluir o ensino fundamental, a equipe escolar juntamente com familiares decidiu que não teria mais condições de progredir interrompendo seu percurso escolar. Embora a decisão estivesse baseada no bem estar de Laura e tomada em conjunto, em nenhum momento a mesma foi consultada sobre a interrupção, o que remete ao estigma sobre a pessoa com deficiência intelectual como àquela que não tem capacidade para tomar decisões e fazer escolhas de acordo com os próprios interesses.

ENSINO

[] ... Excelente! Eu classifico como excelente. Eu tive a graça dela cair em salas de professores que se empenharam. Teve uma professora em especial que ficou com ela por muitos anos aqui na cidade e que realmente trabalhou. Ela teve a sensibilidade de ver o que podia ser melhorado e não ficou batendo na tecla do que não ia pra frente. Vou mencionar um exemplo, ensinar a conjugar o verbo. Talvez tenha sido mais interessante ela aprender a juntar as letrinhas e ler do que toda aquela conjugação verbal que nós temos. Então, foi trabalhado o que era bom, o que podia dar frutos. E deu, rendeu.

O diferencial no ensino de Laura esteve no fato de ter sido focado aquilo que poderia conquistar, ouseja, as potencialidades e não exclusivamente os impedimentos. Padilha e Ometto (2012) ressaltaram a necessidade da escola se organizar para a diversidade em sala de aula e criar condições diferenciadas que contemplassem as dificuldades e possibilidades de todos os alunos sejam em dimensões físicas, sociais ou culturais. Nessa perspectiva, o professor não se exime da responsabilidade de tornar acessível aos alunos, sejam esses com deficiência ou não, os conhecimentos historicamente construídos pela humanidade propiciando a passagem de conceitos cotidianos para os conceitos científicos. Para Padilha e Ometto, é papel da escola

[...] ensinar a linguagem dos homens, das artes, as matemáticas, a escrita e seus usos na cultura. Ensinar os direitos e deveres de cada época, em cada espaço. Mas ensinar a todos. Não deixar ninguém de fora! Educação para todos e não apenas para alguns (2012, p.28).

Vygotsky (1998) apresentou um conceito sobre o desenvolvimento humano, ao qual denominou Zona de Desenvolvimento Iminente. Segundo o autor, a escola não pode

se pautar naquilo que o aluno pode realizar sozinho, que seria o seu desenvolvimento real, pois dessa forma se constituiria em um ensino orientado em direção ao desenvolvimento de ontem, ou seja, em funções já desenvolvidas. No entanto, Vygotsky afirma que o bom ensino se adianta ao desenvolvimento, as atividades que o aluno é capaz de realizar com a ajuda de pares mais capazes (colegas de sala, professores, ou outros meios) indicam seu desenvolvimento futuro, o que em breve poderá realizar sozinho, em palavras do autor, seu desenvolvimento potencial.

Dessa forma, a distância entre o que o indivíduo pode realizar autonomamente e o que poderá realizar com ajuda é chamada de zona de desenvolvimento iminente, que define as funções que estão em processo de desenvolvimento (1998). É exatamente nessa zona de desenvolvimento que a escola deveria investir, naquilo que o aluno pode realizar com a colaboração de outros por meio de momentos coletivos.

Vygotsky (2000) considerou o desenvolvimento cognitivo da pessoa com deficiência qualitativamente diferente daqueles sem deficiência. O desenvolvimento cultural não está obrigatoriamente relacionado às funções orgânicas, mas segue seu processo de desenvolvimento por outras vias. A afirmação do teórico abre novas possibilidades para esse público, uma vez que, a deficiência não se constitui somente em barreiras e obstáculos, mas também em estímulo para a criação de novas vias de desenvolvimento que compensem as limitações.

Nessa perspectiva, não são consideradas apenas as dificuldades e limites consequentes da deficiência, mas as possibilidades e potencialidades que resultam na superação da limitação orgânica. Vygotsky afirmou que as funções psicológicas superiores, como o pensamento abstrato, raciocínio lógico, memória voluntária, formação de conceitos como a leitura, escrita e cálculos entre outros, são possíveis pelo desenvolvimento cultural do homem e não necessariamente pelas suas condições orgânicas, desde que sejam construídas vias colaterais de desenvolvimento cultural para esse público, que sofre mais com as consequências sociais do que com a deficiência em si (2000).

Vygotsky (2000) não desconsiderou os fatores biológicos, contudo, ressaltou que os fatores culturais são capazes de superar a limitação orgânica. Desse modo, é do entrelaçamento das condições biológicas e culturais que nasce o conceito socialmente construído de deficiência intelectual, sendo que as segundas se sobrepõem às primeiras. Se a incapacidade de formar conceitos, pensar, raciocinar é o que define a deficiência intelectual, tal representação pode ser considerada insuficiente, uma vez que,

“incapacidades” poderão se tornar possibilidades por meio do desenvolvimento cultural. Nesse sentido, a deficiência intelectual configura uma construção social e a “[...] constituição do ser humano em ‘humano’, ainda que em condições de desvantagem, se dá sempre na relação com os demais” (CARNEIRO, 2007, p.185).

Nesta perspectiva, a escola regular tem o propósito de por meio de um ensino intencional e sistemático, formar pessoas para a vida adulta, para o trabalho e para atuar de forma crítica e transformadora na sociedade em que vive independentemente de suas condições sociais, culturais ou orgânicas. No entanto, quando relacionado à pessoa com deficiência intelectual, os objetivos de formação se tornam imprecisos ou até mesmo negligenciados, o que ainda pode ser atribuído pelos profissionais, de forma inadequada, às próprias características do estudante em questão. No estudo de Leonel e Leonardo (2014), foi constatado que as professoras investigadas mantinham crenças em relação a incapacidade de os alunos com deficiência intelectual aprenderem, restringindo e empobrecendo o currículo, cujo ensino pautado apenas no concreto em nada contribuía para o desenvolvimento do pensamento abstrato, à imaginação e à apropriação de conceitos científicos.

É possível considerar, que mesmo com fragilidades, a escola regular (quando cumpre o seu papel) pode ser a melhor alternativa às pessoas com deficiência intelectual, uma vez que, apesar das dificuldades em lidar com as diferenças humanas, se constitui importante via de construção de conhecimentos científicos e desenvolvimento de funções psicológicas superiores, capazes de promover o desenvolvimento psíquico de pessoas com deficiência intelectual, garantindo que tenham condições de atenuar e superar o contexto de desvantagem em que se encontram (baixa escolarização) quando comparados à pessoas com outras deficiências ou até mesmo, com aquelas sem deficiência, quando concorrem à uma colocação no mercado de trabalho.

RELAÇÕES NA ESCOLA

[] ... Eu vejo esse período escolar como muito positivo. Mesmo que o currículo escolar não tenha sido aprendido 100%, teve a vivência... a convivência com outras crianças dentro de uma escola...tudo, tudo ajudava. E sem contar que a gente tem a sorte de morar numa cidade em que os professores acolhem, incluem os alunos e acabou que eu acho que foi muito útil, muito produtivo, em todos os sentidos, porque ela interagia. Vou te dar um exemplo. Ela estudava na quinta série e um dia ela chegou em casa com um papel me pedindo autorização para ir numa excursão para um zoológico em outra cidade, mas era com a turma de sexta série. Fui me informar porque achei que veio informação trocada. Ela fez amizade com a turma do sexto ano, com a professora, com a coordenadora e perguntou se poderia ir naquela

excursão de ônibus. Eu achava aquilo um ganho, porque outras crianças talvez não tivessem esse despacho de ir lá e pedir. E ela foi à excursão.

Aline reflete sobre a convivência de Laura com os pares sem deficiência como um momento também de muita aprendizagem e ganhos. Certamente que a habilidade social é um importante fator na vida da pessoa que para além dos muros da escola, levará para o mundo do trabalho, relacionamentos, família e sociedade como um todo.

Nesse sentido, Omote (1999) fala sobre o papel da escola que ao adequar o meio para receber o aluno com deficiência intelectual, deve ainda o capacitar para que atenda e conviva com as exigências do meio. Este autor acredita que a aprendizagem ocorrida em meio à diversidade pode contribuir para a *“formação de novas gerações mais bem qualificadas para a promoção da equidade e justiça social”* (OMOTE, 2006, p. 262). A habilidade de conviver no meio e compreender as exigências especiais poderá ser um fator positivo para quando ingressar no trabalho, além da família, cabe também à escola cumprir esse papel.

APOIO DA FAMÍLIA

[] ... Eu sempre disponibilizei em casa livros, letras grandes, coisas de fácil leitura, sempre lia para ela e sempre pedi pra ela ler pra mim, e... ter a paciência de ouvir né, porque no começo é gaguejado, no começo não junta a letrinha certo. Então, depende também de quem está em casa fazer. Porque a professora trabalha com o melhor que pode dar, mas são algumas horas. A criança passa o resto do tempo com pai e mãe. Então a gente sempre, eu, meu marido, minha irmã, minha mãe, sempre a gente pede coisas pra ela que incentive.

[] ... Outra coisa que eu sempre fiz, coisa doméstica, coisa de mãe, é... tem que ir ao super mercado: “Laura, vem cá escreve aí”. Então, nesse “escreve aí”, sempre perguntava: “Arroz é com s mãe, ou é com z?”. Lá atrás quando não tinha internet muitas coisas que ela me perguntava eu dizia: “Quando a gente não sabe, a gente olha no dicionário”. E ela sempre tinha um dicionário perto dela. Tem que haver incentivo, sempre!

Orlando e Caiado (2014) constataram em estudo sobre a trajetória escolar e conquista profissional de professores universitários com deficiência múltipla, visual e auditiva a fundamental participação desempenhada pela família. Em todos os casos ficou evidente o quanto a família contribuiu seja no sentido de superar obstáculos como preconceito e estigma, ou mesmo no incentivo e auxílio no processo de aprendizagem.

Para Glat (SD) quanto mais integrada em sua família for a pessoa com deficiência intelectual, maior a possibilidade de ser tratada de maneira normal e participar do convívio social. Consequentemente, quanto mais integrada na vida em sociedade, participando de eventos de sua faixa etária, mais será vista por seus próprios

familiares como igual aos ditos normais. Segundo a autora, a família é, portanto, o fator fundamental para a inclusão ou não da pessoa com deficiência e justamente por ser ignorada pelos profissionais da área que não se efetiva a inserção social destas pessoas na comunidade.

No caso de Laura não foi diferente. A fala da mãe demonstrou a importância da família no desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual. Ao reconhecer o papel que cabe à escola e a necessária continuidade que cabe à família, Aline contribuiu no sentido de transmitir confiança e incentivo promovendo a autoestima e cumprindo um papel significativo na aprendizagem. Por meio das tarefas denominadas de “coisa doméstica” ou “coisa de mãe”, Laura se desenvolve e adquire autonomia em seus estudos, compreendendo a função social da leitura, escrita e pesquisa. Estas vivências auxiliaram futuramente em atividades desenvolvidas no trabalho como veremos adiante.

PROFISSIONALIZAÇÃO

[] ... Aí nós demos pequenos cursos profissionalizantes na medida em que ela pudesse aprender. Ela fez, por exemplo, um curso de massagem relaxante onde a terapeuta que atendeu focou mais a parte prática do que aquela apostila imensa da didática. Então, ela teve o inverso, normalmente se tem a parte teórica maior e a prática menor. Com ela a moça trabalhou o contrário. Ela teve muitas horas de prática por vários meses e uma apostila mínima. Eu conversei, perguntei se podia fazer essa adaptação, essa moça é...maravilhosa. Eu falo que a gente é abençoada e acaba encontrando pessoas, desde que a gente esteja disposta a isso. Se a família não for atrás nada vem, e a gente foi. Esse foi um dos cursos que abriu as portas pra ela entrar na Farma Viva. Foi importante ela ter essa capacitação. Na época muita gente perguntou: “Ah, ela vai fazer massagem aonde?” “Não sei, deixa ela aprender, na pior das hipóteses vai fazer no pé da vó!”

A importante parceria e a confiança nos profissionais citada pela família na fase da escolarização se estenderam ao curso profissionalizante quando Aline atuou significativamente na adequação dos métodos pedagógicos demonstrando conhecer de fato os direitos, possibilidades e necessidades da filha. A adequação nos métodos possibilitou o sucesso da aprendizagem propiciando à Laura uma qualificação que posteriormente abriu uma porta para o mercado formal de trabalho o que demonstra a importância de uma formação condizente com a realidade no contexto contemporâneo.

No entanto, foi preciso superar as críticas e questionamentos das pessoas do próprio âmbito familiar sobre o porquê da profissionalização. Novamente vem à tona a condição de desacreditados das pessoas com deficiência intelectual que necessitam constantemente provarem que são capazes de aprender, trabalhar, e atender às

exigências da sociedade resistindo e enfrentando a identidade deteriorada pelo estigma que lhes são impostas. A concepção dos familiares e demais pessoas da sociedade de que Laura não precisaria de um curso de profissionalização porque não atuaria na sociedade enquanto trabalhadora, é decorrente do capacitismo.

Capacitismo é o termo criado para se referir exclusivamente às atitudes preconceituosas diante da pessoa com deficiência e se relaciona à visão normatizada e autoritária acerca do padrão, ou seja, da concepção de como deve ser o corpo humano. Nesta perspectiva, todos aqueles que se desviarem do corpo considerado normal e ideal, serão considerados inferiores, não saudáveis, conseqüentemente, incapazes de realizar qualquer tarefa, como por exemplo, tomar decisões sobre a própria vida, trabalhar, conviver em sociedade, construir conhecimentos ou mesmo praticar o autocuidado mais elementar como se banhar com autonomia (VENDRAMIN, 2019).

Na perspectiva de Campbel (2008) está também relacionado à atitude que diferencia e desvaloriza a pessoa com deficiência por meio do descrédito em sua capacidade corporal ou cognitiva, pautado na concepção de corponormatividade em que se almejam corpos iguais para o direito à igualdade, condição que o leva à idealização de melhorar, curar ou ainda eliminar a pessoa considerada inferior.

Segundo Carvalho-Freitas e Marques (2010) concepções sobre deficiência decorrem de pensamentos construídos ao longo da história, ainda que não pautados na racionalidade e informações verídicas, ofertam elementos para a qualificação e que justifiquem as ações diante deste público. As concepções, explicações e crenças acerca do que seja a deficiência quando compartilhadas entre os grupos sociais, assumem a função de matrizes de interpretação da realidade e tanto podem exercer o papel de favorecer a inclusão social da pessoa, como o de impedir a sua participação na sociedade (CARVALHO-FREITAS; MARQUES, 2010).

A concepção capacitista leva a pessoa com deficiência à estigmatização, quando a deficiência é interpretada pela sociedade como um atributo profundamente depreciativo. Compreendam que o estigma não se trata das atitudes preconceituosas em relação à pessoa, mas nos referimos ao atributo real que a pessoa possui, como por exemplo, a deficiência intelectual. A característica existe de fato, faz parte do indivíduo, no entanto, se trata de um jogo de relações porque para ser considerada ruim (e desta forma nomeada estigma) depende da interpretação do outro, as atitudes decorrentes são conseqüências da interpretação primeira. Nesta perspectiva, uma característica que o leitor possua pode ser

um estigma se interpretada como inferior pela sociedade, mas pode não o ser em outro país ou cultura que o significa de modo diferente.

A compreensão acerca do que é o estigma, leva à busca por compreender a pessoa com deficiência intelectual que se comparada às pessoas com outras deficiências, é a que se encontra em maiores desvantagens sociais e estigmatização em todos os âmbitos da sociedade, especialmente no trabalho.

TRABALHO

[] ... Começou uns dois anos antes, num evento daqui da cidade. Ela não conhecia o João Paulo, conheceu nesse evento público. Ela se encantou com o João. Um dia, passados uns seis meses, ela foi na Farma Viva e eu levei ela até lá, ela entrou e falou pra ele: Tá muito triste esse vaso”. Ele virou pra ela edisse: “Ah Laura, então faz esse vaso ficar alegre”. Ela passou a mão nas tintas, adora pintar coisas grandes e realmente, ela fez os vasos ficarem alegres. Outros lojistas pediram, ela pintou também. Então, o João disse: “Hum, eu tenho a intenção que uma pessoa especial trabalhe comigo”. Ela continuou estudando, fazendo as atividades dela.

[] ... Um tempo depois, João a convidou para receber os clientes com uma massagem. Aí ela recebia o cliente, ela conversava com esse cliente até o João poder atender, até a farmacêutica poder vir atender. Apartir dali ela foi fazendo pequenos serviços lá dentro. Ela é muito de ajudar e se prontificava a ajudar emalguma coisinha, foram ensinando... ela tem uma caligrafia boa, uma letra bonitinha, ela escreve com jeitinho, deram os envelopes dos clientes pra ela escrever, o material que sairia de entrega para ela transcrever para o caderno de controle, e ela foi aprendendo. Num determinado momento, uma colega percebeu que ela poderia ajudar no laboratório. Falou com o João e deram toda a paramentação para ela, avental, touca, luva e ela foi lá pra dentro. E isso foi muito bonito porque quando ela começou a trabalhar, as pessoas tiravam fotos e me mandavam dizendo” Olha a Laura trabalhando dentro do laboratório!”

O relato de Aline demonstra a importância da capacitação para a primeira oportunidade de trabalho. O curso profissionalizante viabilizou o acesso à farmácia, no entanto devemos considerar que não apenas a última capacitação, mas toda a trajetória escolar e familiar de incentivos, auxílio e adaptações colaboraram para sua inserção. Quando a mãe relata que “ela tem uma caligrafia boa” “uma letra bonitinha” ou “ela é muito de ajudar” podemos compreender que tais atributos não se deram espontaneamente e nem se tratam de habilidades inatas ao sujeito, mas são resultantes de ações intencionais e sistematizadas que “renderam frutos” como analisa a própria Aline. Assim, Laura adquire confiança e curiosidade tomando a iniciativa de especular, querer ajudar e aprender dando origem a novas possibilidades profissionais e consequentemente sua progressão dentro da empresa.

Aline descreve ainda a surpresa das pessoas quando veem a filha trabalhando no laboratório, chegando a fotografá-la enviando comentários. Quiçá, a atitude de espanto diante da pessoa com deficiência intelectual trabalhando em funções não consideradas simples seja decorrente do fato de não ser uma realidade habitual na sociedade como demonstrado nos dados da Rais (2021) anteriormente mencionados.

No estudo de Bezerra e Vieira (2012) foi possível verificar que o fato de as pessoas com deficiência intelectual serem contratadas, não significa necessariamente que estão em igualdade de oportunidades. Segundo os dados levantados pelos autores, as características dos cargos já estão previamente definidas, sem flexibilizações, sendo os desiguais tratados de maneira igual. Veltrone e Almeida (2010) constataram que as pessoas com deficiência intelectual possuem menor nível de escolaridade, salários mais baixos e com serviços considerados mais simples. Portanto, Laura causa surpresa ao não desempenhar o papel previsto pela sociedade para a pessoa com deficiência intelectual. Segundo Omote:

A deficiência não é algo que emerge com o nascimento de alguém ou com a enfermidade que alguém contrai, mas é produzida e mantida por um grupo social na medida em que interpreta e trata como desvantagens certas diferenças apresentadas por determinadas pessoas. Assim, as deficiências devem a nosso ver, ser encaradas também como decorrentes dos modos de funcionamento do próprio grupo social e não apenas como atributos inerentes às pessoas identificadas como deficientes (OMOTE, 1994, p. 68, 69)

RELAÇÕES NO TRABALHO

[] ... Ali ela foi crescendo no sentido da vida. O primeiro colega que deixou a empresa pra ir pra outro lugar, ela chorou. Mas, ela chorou de vir pra casa soluçando, porque o amigo não trabalharia mais na empresa. Aí entra o papel da gente: “Ele não vai deixar de ser seu amigo. Outros amigos virão no lugar dessa pessoa e você vai conhecer outras pessoas”, e ela foi entendendo. Faz parte a perda, a separação. E a gente já teve muitas coisas, já teve brigas, birra, ficou “de mal”. Aí fico daqui, na retaguarda, orientando, fazendo ela pensar até o limite que dá e deixando ela tomar as decisões dela. A gente vai tentando ensinar que na vida acontece isso mesmo, você se indispõe com alguém, depois você tem que ir lá concertar, não dá pra passar por cima.

Os ganhos resultantes do trabalho não se restringem ao dinheiro, mas se estendem às habilidades mais difíceis de serem ensinadas e aprendidas, para além daquelas puramente técnicas de um cargo ou função: as relações sociais. É notório novamente o papel da família no sentido de orientar e levar a reflexão como visto nas palavras de Aline.

Na perspectiva de Goffman (1988), por mais que o indivíduo com um estigma se afaste de seus iguais, se identifique com o grupo de normais, nunca será totalmente aceito, sua verdadeira natureza é gerada pelas suas filiações grupais, por aqueles que enfrentam as mesmas privações e sofrimento, seu grupo real é na verdade, o que compartilha o mesmo estigma. A sua categoria real, de pessoas que verdadeiramente o aceitam e entendem, é a mesma que pode servir para o total descrédito na sociedade.

Glat (SD) considera como fator indicativo do nível de aceitação da pessoa com deficiência em sua família, a capacidade desta última diferenciar fatos considerados normais e que podem ocorrer com qualquer outro membro familiar daqueles realmente resultantes da deficiência. A autora ressalta que sem este comportamento de diferenciação, a família tende a se estruturar em torno da pessoa com deficiência em detrimento daqueles sem deficiência, postura que, segundo Glat, é reforçada pelos próprios especialistas que consideram este fato a principal característica familiar.

Na família de Laura, esta diferenciação é explicitada quando a mãe é capaz de discernir que os desentendimentos no trabalho são decorrentes das próprias relações humanas e não exclusividades da deficiência intelectual ou atributos inerentes a ela. Esta postura da família diante dos conflitos nas relações de trabalho permite que Laura receba orientações no sentido de ter autonomia para resolver os desentendimentos nos relacionamentos assumindo seus sentimentos e atitudes.

CONQUISTAS

[] ... Hoje ela tem o salário dela, ela vem pra casa com um holerite, ela é uma cidadã. Eu sempre acho mais útil para todos, para o mundo, sociedade, que a gente possa produzir seja lá o que for, do que só se beneficiar. Os valores são outros!

[] ... O prazer nos olhos dela pelo primeiro salário que trouxe! Ela queria há nove anos atrás um notebook. Se você pesquisar valores era o salário de um ano dela. O pai dela falou: “Então você vai guardar o seu dinheiro, não vai gastar à toa, tira uma parte e guarda”. Quando chegar o final do ano, se você não tiver, o pai completa pra você comprar. Ela aprendeu a fazer economia, a poupar. Ela nunca tinha tido um dinheiro do trabalho dela. Gente, a alegria dessa menina com esse computador, ela chegava a suspirar passando a mão no computador. Hoje, você pode olhar, esse é o segundo dela, já comprou outromelhor, mas ela o mantém assim, coberto, tem um capricho, protege o teclado... isto é, ela que faz.

[] ... Então valeu a lição, mais do que o dinheiro, mais do que ir atrás de um benefício que ia cair numa conta e ela não ia nem saber que existia... ela não concebe esta ideia de ter uma coisa sem ter merecimento. Não foi imposto isso, mas foi ensinado, foi mostrado.

É inegável que a garantia de independência financeira é um ganho do trabalho e muito citado por pessoas com deficiência como aponta o estudo de Lima (et. al., 2013). No entanto, os benefícios não são apenas de caráter materiais, mas, sobretudo, em aspectos subjetivos, concluem os autores, como o sentimento de ser importante para a sociedade.

Mourão, Sampaio e Duarte (2012) concluíram que para as pessoas com deficiência intelectual, o trabalho é uma das vias para se construir a cidadania. Segundo estes autores, o fato de estarem trabalhando, modifica a visão que os familiares e sociedade têm sobre eles, assim como a visão que têm de si mesmos. Conseqüentemente, se torna notório os resultados sobre a autoestima, autonomia e reconhecimento social.

A fala de Aline sobre os valores de Laura adquiridos com o trabalho corroboram estes estudos. Laura passa a ser vista por seus familiares e por si mesma como cidadã, que contribui à sociedade e obtém suas conquistas pessoais resultantes de seu trabalho e mérito. Valoriza as conquistas e adquiriu aprendizagens como economia, estratégias para alcançar objetivos, cumprimento de metas estabelecidas.

Aline não concebe a ideia de receber um benefício em detrimento do trabalho da filha. Santos (2011) analisou o que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) muda na vida das pessoas atendidas. O estudo evidenciou que se trata sem dúvida de um importante instrumento de proteção à pessoa com deficiência e suas famílias que muitas vezes vivem em situação de pobreza e escassez de recursos. No entanto, o relato de Aline sobre as vivências de Laura no trabalho nos leva a reflexão sobre até que ponto a opção por receber um benefício, no caso de pessoas que teriam condições de exercer alguma atividade, é preferível em detrimento ao trabalho, mesmo sem desconsiderar os entraves e dificuldades que acompanham este último.

Alves e Silva (2020) analisaram a percepção de pessoas com deficiência intelectual sobre a participação no trabalho. Os resultados evidenciaram a importância do trabalho no desenvolvimento humano dos participantes que se realizaram profissionalmente e alcançaram conquistas que estão para além do aspecto financeiro, abrangendo aquelas especificamente humanas. Os participantes do estudo contrariaram o que era previsto pela sociedade de forma geral, enfrentaram a identidade de incapazes a eles imposta e demonstraram que é possível se humanizar por meio do trabalho, se transformando internamente, assim como, modificando a sociedade.

Nesta perspectiva, o trabalho, ainda que com obstáculos estruturais e atitudinais, ainda se constitui em a melhor alternativa para as pessoas com deficiência intelectual e um instrumento de enfrentamento do estigma à elas atribuído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível constatar que não por falta de leis a efetiva inserção da pessoa com deficiência se concretiza, uma vez que, no Brasil há uma ampla legislação que garante o acesso deste público a escolarização, saúde e trabalho, o que nos leva a inferir que falta, portanto, uma mudança de postura da sociedade em relação à estas pessoas.

Por meio das narrativas de Aline, refletimos sobre fatores que contribuíram favoravelmente à inserção no mercado formal de trabalho superando assim, várias constatações negativas em relação a este público. O primeiro deles em relação à escolarização ocorrida na rede regular de ensino, a princípio em classes especiais que neste caso, cumpriu o papel inclusivo de suporte à pessoa com deficiência intelectual até seu ingresso e permanência em salas comuns. O ensino por sua vez, foi baseado nas potencialidades de Laura em detrimento às suas dificuldades, levando-a a desenvolver habilidades de utilidade para sua vida cotidiana e social.

O relacionamento e convivência com pares sem deficiência também contribuiu favoravelmente para o desenvolvimento de aprendizagens e interações. Nesse sentido, a relação de parceria e confiança estabelecida entre família e profissionais que atendem resultou em uma continuidade ao trabalho realizado pela escola também em casa potencializando consideravelmente os conhecimentos em desenvolvimento.

O papel desempenhado pela família em apoiar e incentivar constantemente se mostra de fundamental importância em todas as fases como escolarização, profissionalização e inclusive trabalho. A questão da profissionalização se mostra essencial na inserção no mercado de trabalho evidenciando a importância de uma capacitação coerente com as necessidades e concomitantemente, de adequar seus métodos para que a pessoa com deficiência intelectual tenha garantido seu direito de acesso à informação.

Da entrada ao mercado de trabalho destacamos a postura de Laura em tomar iniciativas o que determina não apenas seu ingresso à empresa, mas também a progressão. A empresa por sua vez, propiciou o olhar às potencialidades de Laura o que permitiu seu crescimento e manifestação de interesses próprios, o que beneficiou a

todos. As relações de amizade e por vezes, também de conflitos no trabalho não deixaram de tecer contribuições permitindo o desenvolvimento de habilidades sociais, não tão fáceis de serem aprendidas como uma função meramente técnica de uma função.

O resultado desta trajetória foram as conquistas financeiras e além, a construção de uma identidade cidadã que traz para casa um holerite, como ressaltou a mãe, mudando assim, a visão que família, sociedade, e própria pessoa com deficiência tem acerca de si. Por fim, Laura adquire autonomia para fazer suas escolhas, planos, solucionar problemas, se humanizar pelo e no trabalho e transformar concepções em uma sociedade que a considera incapaz.

Consideramos que mesmo com todos os percalços encontrados no ambiente de trabalho especialmente para aqueles que sofrem o estigma relacionado à deficiência intelectual, bem como as desigualdades de oportunidades como um todo, o trabalhar ainda é melhor do que o não trabalhar, promovendo inúmeras aprendizagens, sentimento de valorização, e segurança em relação ao seu futuro.

Nesta trajetória, dentre todos os fatores como legislação, postura do empresário, escola, cursos de profissionalização e serviços na área da saúde, consideramos a família como principal instrumento de inserção em todos os âmbitos da sociedade.

Desempenhando seu papel desde a escolarização inicial quando dá continuidade e apoio aos estudos, perpassando a profissionalização quando encontram meios de adequar os métodos de ensino até o trabalho mediando as relações e levando a pessoa com deficiência intelectual à reflexões e tomada de decisões, a família desempenhou um papel decisivo na construção da identidade de uma pessoa com limitações advindas da deficiência, mas também com potencialidades e possibilidades de desenvolvimento humano.

Nesta perspectiva, em resposta ao objetivo inicialmente proposto de identificar quais fatores contribuíram para a inserção da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho a partir da percepção da família, assim como às questões norteadoras sobre o que diferencia esta trajetória das demais pessoas com deficiência intelectual que segundo os dados apresentados pela RAIS (2021) são menos contratadas em relação à outras deficiências, exercem funções consideradas mais simples e recebem os salários mais baixos, podemos sintetizar os principais aspectos:

O desenvolvimento de funções psicológicas superiores de Laura, como a apropriação e construção de conceitos que foi possível quando a escola não se eximiu do papel de ensinar a todos, independente de sua condição biológica, assim como a

profissionalização que não se restringiu à orientações de cuidados pessoais ou trabalho artesanais, correspondendo às demandas do trabalho na sociedade atual.

As evidências que asseguraram o sucesso da história narrada pela voz e percepção de Aline, não podem ser atribuídas e dependentes de ações isoladas do sujeito e da família, ou de uma escola e um empresário, se tornando exceções, mas de um trabalho conjunto e eficaz de todas as instâncias envolvidas, como Legislação, Educação, Saúde e Trabalho. Todos esses âmbitos precisam cumprir o papel de informar, capacitar, oportunizar e assegurar serviços e suportes que se convertam em possibilidades e oportunidades não apenas à pessoa com deficiência intelectual, mas também às famílias, visto que ocupam papel fundamental no encaminhamento de ações inclusivas.

Nos caso relatado pela mãe, que também foi narrado pela própria Laura em outro momento (ALVES, 2018) ficou claro que a apropriação dos bens culturais, a linguagem bem articulada, a criticidade e autonomia, a entrada e progressão no trabalho, não foram obras do acaso e nem atributos herdados biologicamente, antes, são resultantes de serviços que afetaram de forma positiva superando a condição orgânica, como educação de qualidade, acompanhamento eficiente de profissionais da saúde, abertura das empresas para ingresso e oportunidade de progressão, seja por imperativo da lei, ou pela própria conscientização de um empresário que não tinha a obrigatoriedade de reserva de vagas.

Constatou-se a necessidade de uma real mudança da sociedade, para além do discurso politicamente correto em prol da inclusão de pessoas com deficiência, uma vez que não se encontra, por vezes, consistência entre discurso e prática, para que outras histórias como as de Laura sejam comuns e não apenas exceções.

Neste sentido, este artigo poderá contribuir à reflexão no âmbito acadêmico, entre aqueles que formam educadores que lidam com a diversidade humana, sobre a necessária ressignificação de concepções sobre a pessoa com deficiência intelectual, desvinculando-se de crenças estereotipadas e estigmatizantes, compreendendo-a como sujeito humano e possibilidades de desenvolvimento ainda que não pelas vias tradicionais. Desta forma, quiçá tais mudanças repercutam na sociedade como um todo que passará a experimentar as contribuições de trabalhadores com deficiência intelectual em papéis pouco vistos, considerados improváveis, a obrigando a repensar concepções capacitistas, sendo este o verdadeiro sentido do trabalho, a transformação interna e também externa quando transforma a realidade.

Como fatores limitantes da pesquisa pode-se mencionar o fato de ser apenas um estudo de caso, o que não possibilita a generalização das informações, mas o estudo traz

elementos que podem ser confirmados em estudos com uma amostra mais ampla. Uma possibilidade também seria a inclusão da pessoa com deficiência intelectual na pesquisa e que esta pudesse relatar sua percepção e participação da família no seu ingresso no trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, A.P.R.; SILVA, N.R. O Que as Pessoas com Deficiência Intelectual Pensam sobre a sua Participação no Trabalho a Partir de Dois Estudos de Casos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v.26, n.1, p.109-124, Jan.-Mar., 2020.

BEZERRA, S. S.; VIEIRA, M. M. F. **Pessoa com deficiência intelectual**: a nova “ralé” das organizações de trabalho. RAE. São Paulo, v. 52, n. 2, mar./abr., 2012.

BRASIL. Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. In: **Pessoa com deficiência: legislação Federal**. 1º Edição, Brasília, 2012.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro 1999. Regulamenta a Lei nº. 7.7853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 01 fev., 2016.

BRASIL. **Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.html>. Acesso em: 01 fev., 2016.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm Acesso em: 01 de fev. 2016.

BRASIL. Lei 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência Intelectual (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, 2015.

CAMPBELL, F. Refusing Able (ness): A preliminar Ableism. **M/C Journal**, Vol. 11, No. 3, 2008. Disponível em: <http://journal.media.culture.org.au/index.php/mcjournal/article/view/46> Acesso em 15/10/22.

CARNEIRO, M. S. C. **Deficiência mental como produção social**: uma discussão a partir de histórias de vida de adultos com síndrome de Down. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Tese de doutorado), 2007.

CARVALHO-FREITAS, M.N.; MARQUES, A.L. Formas de ver as pessoas com deficiência: um estudo empírico do construto de concepções de deficiência em situações de trabalho. **Rev. Adm. Mackenzie**, V. 11, N. 3, Edição Especial. São Paulo, SP., mai./jun. 2010, p. 100-129.

FREDERICO, J.C.C.; LAPLANE, A.L.F. Sobre a participação social da pessoa com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v.26, n.3, p.465-480, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbee/v26n3/1413-6538-rbee-26-03-0465.pdf> Acesso em: 01 set.2020.

GARRIDO, M.A.T.; DEL-MASSO, M.C.S.; SILVA, N.R. O trabalho da pessoa com deficiência na percepção de gestores de empresas. **Revista Laborativa**, v. 6, n. 2, p. 06-22, out., 2017.

GLAT, R. **O papel da família na integração do portador de deficiência**. Revista Brasileira de Educação Especial.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

LEONEL, W. H.S.; LEONARDO, N. S. T. Concepções de professores da educação especial (APAEs) sobre a aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual: um estudo a partir da Teoria Vigotskiana. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 4, p. 541-554, dez. 2014.

LIMA, L.B.de; JURDI, A.P.S. Empregabilidade de pessoas com deficiência no município de Santos/SP: mapeamento de políticas públicas e práticas institucionais. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 20, n. 4, p. 513-524, Out.-Dez., 2014

LIMA, M. P.de; TAVARES, N. V.; BRITO, M. J.; CAPPELLE, M. C. A. O sentido do trabalho para pessoas com deficiência. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, v. 14, n. 2. São Paulo, Mar./Abr, 2013.

LINO, C.C.T.S.; STEVANATO, D.; SILVA, N.R. Percepção de pessoas com deficiência visual e deficiência auditiva inseridas no mercado de trabalho. **Revista Laborativa**, v. 10, n. 1, p. 92-117, abr., 2021.

LORENZO, S.M.; SILVA, N.R. Contratação de Pessoas com Deficiência nas Empresas na Perspectiva dos Profissionais de Recursos Humanos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.23, n.3, p.345-360, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbee/a/6wFvTLyWvZCC9y9CZDGQpqb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 28 de dez. 2022.

MERRIAM, S. B. **Qualitative Research and Case Study Applications in Education**. São Francisco(CA): Jossey- Bass, 1998.

MORAES, R. **Uma Tempestade de Luz**: a compreensão possibilitada pela análise social discursiva. *Ciência e Educação*, São Paulo, v.9, n.2, p.191-211, 2003.

MOURÃO, L.; SAMPAIO, S.; DUARTE, M. H. **Colocação seletiva de pessoas com deficiência intelectual nas organizações: um estudo qualitativo.** O&S- Salvador, v.19, n. 61, p. 209-229. abril/junho, 2012.

NEVES-SILVA, P.; PRAIS, F.G.; SILVEIRA, A.M. Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, 20(8):2549-2558, 2015.

OMOTE, S. **Deficiência e não- deficiência: recortes do mesmo tecido.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 1, n. 2, p. 65-73, 1994.

. **Inclusão e as questões das diferenças na educação.** Perspectiva, Florianópolis, v. 24, n.Especial, p. 251-272, jul./dez, 2006.

. **Normalização, integração, inclusão.** Ponto de Vista, v. 1, n. 1, 1999.

ONU. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes.** Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 9 de dezembro de 1975.

ORLANDO, R. M.; CAIADO, K. R. M.. **Professores Universitários com Deficiência: trajetória escolar e conquista profissional.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 811-830, jul./set., 2014.

PADILHA, A.M.L.; OMETTO, C.B.C.N. Competência leitora e escritora no jovem e adulto com deficiência intelectual. In: Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Referencial sobre avaliação da aprendizagem na área da deficiência intelectual: ciclo II do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos.** São Paulo, 2012.

PEREIRA, A.C.C.; PASSERINO, L. Um estudo sobre o perfil dos empregados com deficiência em uma organização. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.18, n.2, p. 245-264, Abr.-Jun., 2012.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. **Características do emprego formal: RAIS 2021: análise dos principais resultados.** (2021) Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/images/RAIS/2021/2-Sum%C3%A1rio_Executivo_RAIS_2021.pdf. Acesso em: 16/03/2023.

RIBEIRO, M. A.; CARNEIRO, R. **A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face a lei de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho.** Revista *Organizações e Sociedade*, Salvador, v. 16, n. 50, p. 545-554, 2009.

ROSA, F.D.; DENARI, F.E. Trabalho, Educação e Família: perspectivas para a pessoa com deficiência intelectual. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 45, p. 73-90, jan./abr., 2013, Santa Maria. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial> Acesso em 16/03/2023.

SANTOS, W. R. dos. Deficiência e BPC: o que muda na vida das pessoas atendidas? **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 16, núm. 1, março, 2011, pp. 787-796. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, Brasil.

TRENTIN, V. B.; RAITZ, T. R. Educação e trabalho: formação profissional para jovens com deficiência intelectual na escola especial. **Revista Educação Especial**, 31(62), 713-725, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28660/pdf> Acesso em: 02jul.2020.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VELTRONE, A. A.; ALMEIDA, M. A. **Perfil da pessoa com deficiência no mercado de trabalho na cidade de São Carlos-SP**. Ver. Educ. Espc., Santa Maria, v. 23, n. 36, p. 73-90, jan/abr. 2010.

VENDRAMIN, C. **Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo**. Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos, 2019. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/view/4389> Acesso em: 29/07/2022.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6º Ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Obras Escogidas**. III- Incluye problemas del desarrollo de la psique. Madrid: Visor, 2000.